

Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos



**Renato Pinto Venâncio
Welder Antônio Silva
Adalson Nascimento
(organizadores)**



**V Reunião Brasileira de Ensino e
Pesquisa em Arquivologia**

**Ensino e pesquisa em arquivologia:
cenários prospectivos**

Renato Pinto Venâncio
Welder Antônio Silva
Adalson Nascimento

(organizadores)

FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Coordenadores

Biênio 2016-2017: Welder Antônio Silva (UFMG)

Biênio 2018-2019: Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)

V REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Evento realizado na Escola de Ciência da Informação da UFMG em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 07 a 10 de novembro de 2017

COMISSÃO ORGANIZADORA – UFMG

Coordenador: Welder Antônio Silva

Subcoordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy

Alessandro Ferreira Costa

Ivana Denise Parrela

José Francisco Guelfi Campos

Marta Eloísa Melgaço Neves

COMISSÃO CIENTÍFICA

Presidente: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Vice-presidente: Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Daniel Flores (UFSM)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)

José Maria Jardim (UNIRIO)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)

COMISSÃO AVALIADORA

Diretor: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Andre Malverdes (UFES)

Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)

Cintia Aparecida Chagas Arreguy (UFMG)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)

Cynthia Roncaglio (UnB)

Daniel Flores (UFSM)

Eliane Braga de Oliveira (UnB)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)
Ivana Denise Parrela (UFMG)
João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)
José Maria Jardim (UNIRIO)
Julianne Teixeira e Silva (UFPB)
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo (UnB)
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)
Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)
Moisés Rockembach (UFRGS)
Natália Bolfarini Tognoli (UNESP)
Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)
Roberto Lopes dos Santos Junior (UFPA)
Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)
Ursula Blattmann (UFSC)
Welder Antônio Silva (UFMG)

COMISSÃO DE APOIO – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG

Amanda dos Santos da Paixão
Cláudia Márcia
Christiano B. Santos
Edgar Gonzaga
Élida Pieri
Eliedir Marcelina
Gilma Pereira
Guilherme Diniz
Gustavo Miranda Ferreira
Nely Ferreira
Luiz Henrique Loureiro
Viviany Braga

MONITORES – ALUNOS/AS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG

Gilmar Rodrigues Barreto
Gisele Maria Arcanjo
Graziele Cristina Rodrigues Silva
Neide Araujo Oliveira Braga
Suellen Alves de Melo
Suzana Cristina de Oliveira da Cruz
Yara Levy martins de Souza Sane

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

ESCOLA DE CIÊNCIA INFORMAÇÃO
Diretora: Terezinha de Fátima Carvalho de Souza
Vice-diretora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Coordenadora: Maria Guiomar da Cunha Frota
Subcoordenador: Fabrício José Nascimento da Silveira

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA
Coordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy
Subcoordenadora: Mariana Batista do Nascimento

CAPA, DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO DO E-BOOK
Edinaldo Medina Batista

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65609-09-8



R444 Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (5. : 2017: Belo Horizonte, MG)

Ensino e pesquisa em arquivologia [recurso eletrônico] : cenários prospectivos / Renato Pinto Venâncio; Welder Antônio Silva; Adalson Nascimento (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. 728 p. : il. E-book.

Inclui referências.
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.
Modo de acesso: World Wide Web.
ISBN: 978-85-65609-09-8

1. Arquivologia – Congressos. 2. Arquivologia – Ensino. 3. Arquivologia – Pesquisa. I. Venâncio, Renato Pinto. II. Silva, Welder Antônio. III. Nascimento, Adalson.

CDU: 651.5(063)

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor © 2018 para artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. A republicação deste material requer a permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

Escola de Ciência da Informação da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 31.270-010
www.eci.ufmg.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... p.10

MOÇÕES..... p.12

PLENÁRIAS

1. A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NA UNIRIO.....p.16
Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada

2. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL.....p.29
Welder Antônio Silva, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Leandro Ribeiro Negreiros

3. PROSPECÇÃO DOS ARQUIVOS: FUTURO DA ARQUIVOLOGIA.....p.44
Daniel Flores, Graziella Cé

COMUNICAÇÕES

I - EXPERIÊNCIAS CURRICULARES

4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS À FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS.....p.63
Evelin Melo Mintegui, Roberta Pinto Medeiros, Thiago Henrique Bragato Barros

5. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....p.80
Tânia Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari, Margarete Farias de Moraes

6. DO ENSINO À PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....p.100
Fernanda da Costa Monteiro, Fernanda de Souza Antunes

7. A DESCRIÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.114

Natália Bolfarini Tognoli, Laura Maria Rego Piva, Rafael Cacciolari Dalessandro

II - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

8. ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS.....p.133

Fábio Barros Silva, Antônio Rodrigues Andrade

9. METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO APLICADA A CONSTRUÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS.....p.152

Silvia Lhamas de Mello, Ana Célia Rodrigues

10. MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO PRODUTOR: PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO PRODUTOR VISANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.....p.171

Mariana Batista do Nascimento

11. GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....p.188

Eduardo Luiz dos Santos, Ana Celeste Indolfo

12. A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: O CASO DO NOVO DEGASE.....p.208

Jean Maciel Xavier, Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada

13. A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVOS EXISTENTES EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....p.229

Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, Hernane Borges de Barros Pereira, Francisco José Aragão Pedroza Cunha

14. A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ...p.244
Jacilene Alves Brejo, Junia G.C. Guimarães e Silva

15. OPACIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: A VIGILÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS.....p.258
Thayron Rodrigues Rangel, Rodolpho Guimarães Pereira, Brenda Couto de Brito Rocco

III - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS

16. POR UM MODELO SOCIETAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS.....p.276
Gleice Carlos Nogueira Rodrigues, Paulo Roberto Elian dos Santos

17. PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.....p.293
Igor José Garcez, José Maria Jardim

18. OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO.....p.314
Ana Celia Rodrigues

19. O CONCEITO DE ARQUIVO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO EM ESTUDOS DE LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.326
Margareth da Silva

IV - PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E AÇÃO EDUCATIVA

20. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO PATRIMÔNIO EM CENTROS DE MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL BRASILEIRO.....p.346
Rodrigo Costa Japiassu, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Lídia Silva de Freitas

21. IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DA CASA DE OSWALDO CRUZ.....p.363

Cleber Belmiro dos Santos, Eliezer Pires da Silva

22. ENTRE AS OBRAS E OS DOCUMENTOS: INTERSEÇÕES ENTRE OS SABERES ARQUIVÍSTICO E MUSEOLÓGICO NO TRATAMENTO DO ACERVO DO ARTISTA PLÁSTICO RUBENS GERCHMAN.....p.382

Thayane Vicente Vam de Berg

23. UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CAFÉ COM ARQUIVO: O DOCUMENTO EM DEBATE.....p.397

Fernanda da Costa Monteiro, Daniele Chaves Amado

V - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA

24. HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.....p.410

Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado

25. ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1938-1945.....p.430

Vitor Manoel Marques da Fonseca, Darlene Alves Bezerra

VI - PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

26. UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS ARQUIVISTAS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: UM PANORAMA ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2015.....p.451

Raquel Fernandes Tavares, Priscila Ribeiro Gomes

27. PERFIL E AUTO-IMAGEM PROFISSIONAL DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO.....p.471

Wagner Ramos Ridolphi, Luiz Cleber Gak

28. A PESQUISA EM ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS PELO CNPq.....p.489

Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio, Natália Bolfarini Tognoli, Thiago Henrique Bragato Barros

VII - INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS

29. REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE.....p.507

Brenda Couto de Brito Rocco, Bianca Couto de Brito

30. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE GUARDA EXTERNA DE DOCUMENTOS PROSPECTADOS NA PETROBRAS.....p.523

José Antonio Pereira Do Nascimento, Ana Celeste Indolfo

31. GOVERNANÇA DE SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES EM ORGANIZAÇÕES DE CARÁTER PRIVADO.....p.542

Alexandre de Souza Costa

32. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DE INTEGRAR A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO COMANDO DA AERONÁUTICA.....p.556

Karina Veras Praxedes

VIII - TIPOLOGIA DOCUMENTAL

33. DOCUMENTAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO.....p.576

Isabella Christina Gondim, Eliana Maria dos Santos Bahia

34. CARTA DE AMOR COMO PONTO DE ACESSO: RESULTADOS DE PESQUISA.....p.596

Camila Mattos da Costa, Lucia Maria Velloso de Oliveira

35. A TIPOLOGIA DOCUMENTAL DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR NOS ANOS 1970.....p.614

Rosale de Mattos Souza

36. APONTAMENTOS ACERCA DO DOCUMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA NO CAMPO TEÓRICO DOS ARQUIVOS.....p.633

Marilda Martins Coelho, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

IX - ARQUIVOS, UNIVERSIDADES E MUSEUS

37. DOCUMENTOS DE ARQUIVO PRODUZIDOS PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS DE LABORATÓRIO.....p.652

Paulo Roberto Elian dos Santos, Renata Silva Borges, Francisco dos Santos Lourenço

38. ARQUIVOS EM MUSEUS E ARQUIVOS DE MUSEUS: DOIS CONCEITOS PARA OS ARQUIVOS NOS MUSEUS.....p.671

Fabiana Costa Dias, João Marcus Figueiredo Assis

39. ARQUIVOS DE MUSEUS: UM PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA O MUSEU DO ÍNDIO.....p.690

Thais Tavares Martins, Ana Celeste Indolfo

40. ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO.....p.709

Zenóbio Santos Júnior, Luiz Cláudio Gomes Maia, Ana Maria Pereira Cardoso

18

OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO*Ana Celia Rodrigues***1 INTRODUÇÃO**

O tema desta pesquisa insere-se no campo teórico da Arquivologia e pretende investigar questões ligadas a identificação das políticas públicas arquivísticas desenvolvidas pelos municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”, como contribuição para a aplicação da Lei de Acesso à Informação. Trata-se de um recorte temático que apresenta resultados parciais do projeto “Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios da Grande Rio”, pesquisa em desenvolvimento financiada pelo Programa Jovem Cientista do Nosso Estado – 2015 / FAPERJ, que conta com a participação de bolsistas de Iniciação Científica, PIBIC/UFF/CNPq e integra a produção do Grupo de Pesquisa “Gênese Documental Arquivística”, UFF/CNPq.

No Brasil, os dispositivos expressos na Constituição Federal de 1988, onde se afirma que “compete à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta aos quantos dela necessitem” (§ 2º do art. 216), ofereceu os fundamentos para dotar o país de uma legislação arquivística. A Lei nº 8.159, aprovada em 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, conhecida como Lei Nacional de Arquivos, possui características notadamente conceituais, fazendo referência à gestão e ao acesso aos documentos. Evidencia os princípios federalistas e de autonomia que definem os arquivos brasileiros, estabelecendo a rede de arquivos existentes nos níveis de governo.

Estes princípios constitucionais fundamentaram a aprovação da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, com o propósito de regulamentar o acesso a informações no âmbito da administração pública brasileira e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Lei de Acesso à Informação vem fortalecer os instrumentos de controle da gestão pública, o combate à corrupção e a transparência dos atos administrativos.

Com a entrada em vigor da LAI em maio de 2012, a demanda por documentos e informações que caracteriza o Estado Brasileiro ampliou-se cada vez mais. Todo cidadão passa agora a ter direito de solicitar cópia de qualquer informação contida em registros ou documentos produzidos ou acumulados pelos órgãos públicos.

A Lei de Acesso à Informação (LAI), como ficou conhecida a Lei n. 12.527/2011, define que cabem aos órgãos e entidades do poder público assegurar a “gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação” e a “proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade” (art. 6, I e II).

O acesso à informação de que trata a lei, caracteriza-se como o direito de obter “orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada” e “informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos.” (art. 7, I e II). Na perspectiva da LAI, a negativa de acesso é vista como “conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público” se este, “utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública” (art. 32, II).

A LAI fundamenta-se no direito amplo à informação, princípio constitucional de exercício da cidadania e reconhece que documentos e informações produzidas e conservadas pelo Estado brasileiro constituem bem público. É preciso lembrar que o direito à informação “vai além de um simples direito comum, trata-se de um dos direitos humanos fundamentais, que pertence a todos os indivíduos, lhes faculta exigir, receber e difundir informação”, ressalta Alvaro Baudrit Barquero (1999)

Direito à informação e acesso aos documentos e arquivos são conceitos muito relacionados, mas diferentes entre si; o primeiro tem a ver com a legalidade e legitimidade de obter informação; o segundo com a possibilidade material de localizar os documentos de meu interesse (BAUDRIT BARQUERO, 1999, p.9, tradução nossa).

Entretanto, na área pública, a realidade arquivística brasileira ainda aponta dados surpreendentes no que tange ao tratamento dispensado a documentos originais, conservados nos arquivos. Registros que provam, testemunham, dão fé e

modificam decisões, são encontrados amarrados, amontoados e marginalizados nos porões dos edifícios, entregues à destruição. (RODRIGUES, 2003)

Abrucio (2012) ressalta que a LAI mostrará que é fundamental reorganizar as administrações públicas, “sem isso, os pedidos dos cidadãos serão frustrados, e tal cobrança será quase inútil”, pois “os governos estaduais e, sobretudo, municipais terão enorme dificuldade para cumprir a nova legislação, simplesmente porque não terão muitas das informações requeridas”.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também conhecida como a “Grande Rio”, é a segunda maior área metropolitana do Brasil, terceira da América do Sul e 20ª maior do mundo (IBGE, Censo, 2010). Segundo dados do IBGE, a “Grande Rio” constitui o segundo maior pólo industrial do país. Concentra 70% da força econômica do estado e 8,04% de todos os bens e serviços produzidos no Brasil (Brasil, IBGE, 2009b).

Domícia Gomes, coordenadora do Conselho Nacional de Arquivos, comenta durante reunião realizada em junho de 2013, sobre as dificuldades da implantação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no âmbito dos municípios, destacando que “enquanto mais da metade dos estados já regulamentaram a lei de acesso, apenas oito por cento (8%) dos municípios o fizeram, segundo dados da Controladoria Geral da União – CGU” e salienta que “a dificuldade de se implantar a LAI nos municípios já era previsível, pois se não há no âmbito municipal a ‘figura do arquivo público municipal’ e políticas de gestão de documentos, certamente não haverá informação organizada e, portanto, não haverá informação acessível”. (Brasil, CONARQ, 2013, grifo nosso)

O Projeto da I Conferência Nacional de Arquivos, realizada em 2012, destaca que os arquivos públicos brasileiros “permanecem periféricos no Estado e pouco visíveis à sociedade. Carecem de institucionalidade no âmbito da administração e conseqüentemente encontram-se ausentes das políticas públicas” (Brasil, CONARQ, 2012).

Neste contexto cabe perguntar: os municípios da Grande Rio estão preparados para a aplicação da LAI, para garantir o pleno acesso aos documentos e informações exigidas para seu cumprimento? Como transformar os arquivos municipais em instrumentos eficientes da transparência administrativa?

Esta pesquisa tem por objetivo desenvolver estudo de identificação das políticas públicas arquivísticas implementadas nos municípios da Região

Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”, como contribuição para a aplicação da Lei de Acesso à Informação.

Estas questões remetem à necessidade de reconhecimento da natureza dos documentos e informações que circulam como produto da gestão administrativa e da necessidade de metodologias capazes de gerar tal conhecimento no âmbito da administração pública brasileira como exigência para o efetivo cumprimento da LAI, perspectiva da identificação como metodologia de pesquisa para a arquivística.

Trata-se de uma questão emergente no âmbito do debate científico e profissional, na busca de soluções para superar os desafios impostos para a plena aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação e em especial, no âmbito municipal, onde se observam as maiores dificuldades no seu cumprimento.

2 O MUNICÍPIO BRASILEIRO E SEUS ARQUIVOS

Os arquivos dos povos e as cidades nasceram com a administração diária de direitos e obrigações; para sua constituição, prova ou comunicação. Os arquivos se caracterizam como espaços de preservação da memória institucional, pois neles estão conservados os direitos dos envolvidos nos processos administrativos; mas, são também lugares da memória nacional que preservam a história de sujeitos singulares, que participam do processo de construção social de um país. (Rodrigues, 2003)

Heloisa Bellotto (2013) discutindo a importância dos arquivos públicos municipais aponta que

Aqueles documentos, que tinham sido produzidos / recebidos / acumulados durante as ações decorrentes da especificidade da administração municipal, de início, quando usados pelas razões pelas quais tinham sido criados, constituíram então o “arsenal da administração”, as ferramentas com que administradores e munícipes provaram que haviam cumprido seus deveres e por onde podiam reivindicar seus direitos. Passada sua utilização primária, a documentação acumulada, já devidamente avaliada e livre das informações sem valor permanente, passaram a constituir o “celeiro informacional da administração” para efeitos da memória e da história (BELLOTTO, 2013).

O Município brasileiro da Constituição de 1988 tem assegurado sua autonomia, uma prerrogativa política conferida pelo direito público nos limites da Constituição, que lhe permite organizar seu governo e prover sua administração.

Nesta perspectiva, “o atributo municipal tem, em primeiro lugar, o sentido de originário do ‘poder público municipal’, isto é, se refere aos órgãos que exercem, na base da organização estatal brasileira, o Poder Executivo e o Legislativo. São, portanto, municipais os documentos produzidos, recebidos e acumulados pela Prefeitura e Câmara de Vereadores no desempenho de suas funções”, cabendo ao arquivo municipal a “responsabilidade por sua custódia, tratamento e utilização”. (CAMARGO; MACHADO, 2000)

Estes princípios fundamentaram a estruturação de uma ampla e complexa rede de arquivos no país, que analisados do ponto de vista da evolução da administração pública do Brasil e das políticas de preservação do patrimônio arquivístico, foram determinantes para que as instituições responsáveis pela custódia e preservação de documentos assumissem características muito peculiares.

A problemática que envolve a formulação de políticas para o funcionamento dos arquivos sempre foi encarada do ponto de vista da divisão das funções que cumprem como órgão de apoio à administração ou instituição de preservação de da memória. Destacam Ana Maria Camargo e Helena Correa Machado (1996) que alguns administradores

(...) têm uma tendência em ver apenas os valores imediatos da documentação, no se preocupando com seu conteúdo histórico. A consequência de tal apreciação tem sido a destruição indiscriminada, o acúmulo caótico de conjuntos de documentos básicos para a reconstrução do passado municipal. No outro extremo estão os que, supervalorizando a utilização do acervo para pesquisa histórica, desconhecem a importância da fase inicial do arquivamento; as consequências tem sido, entre outras, a perda de provas documentais que sustentam o exercício dos direitos dos cidadãos, a falta de precisão em prover subsídios para o processo decisório e sérias lacunas no resgate das raízes históricas da comunidade (CAMARGO; MACHADO, 1996, p.99).

Os arquivos públicos contêm aspectos relevantes da história das comunidades no contexto nacional, no cenário das transformações históricas do mercado de trabalho, da economia e das lutas sociais pela democracia e pelos direitos à plena cidadania que marcaram a vida brasileira.

Uma política de arquivos não deve se vista como uma forma de reprodução da cultura, mas como a que subsidia os elementos para o equilíbrio político e social

do país. Uma comunidade estará mais integrada à nação na medida em que reconheça sua forma especial de comportamento e de inserção na sociedade. A consciência dos atos realizados pelas gerações passadas e a percepção do processo de construção social das comunidades são fortes elementos para a integração dos indivíduos e grupos a uma ideia de nacionalidade.

Os arquivos se caracterizam como espaços de preservação da memória institucional, pois neles estão conservados os direitos dos envolvidos nos processos administrativos; mas, são também lugares da memória nacional que preservam a história de sujeitos singulares, que participam do processo de construção social de um país. (RODRIGUES, 2013)

Entretanto, o Projeto da I Conferência Nacional de Arquivos, realizada em 2012, destaca que os arquivos públicos brasileiros “permanecem periféricos no Estado e pouco visíveis à sociedade. Carecem de institucionalidade no âmbito da administração e, conseqüentemente, encontram-se ausentes das políticas públicas”. (BRASIL, CONARQ, 2012)

Neste sentido, é urgente repensar o papel que os arquivos públicos municipais representam para a sociedade brasileira hoje e especificamente para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”, nosso objeto de estudos.

3 ARQUIVOS MUNICIPAIS DA “GRANDE RIO”: O ESTADO DA ARTE

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também conhecida como a “Grande Rio”, é a segunda maior área metropolitana do Brasil, terceira da América do Sul e 20ª maior do mundo (IBGE, Censo, 2010). Segundo dados de 2009 do IBGE, a “Grande Rio” constitui o segundo maior pólo industrial do país. Concentra 70% da força econômica do estado e 8,04% de todos os bens e serviços produzidos no país. Abaixo se encontra o quadro dos municípios que integram a região, com sua respectiva população:

QUADRO 1 – Municípios que integram a Região da Grande Rio

Município	População (2013)
1. Belford Roxo	619.487
2. Cachoeiras de Macacu	54.370
3. Duque de Caxias	856.167
4. Guapimirim	53.411
5. Itaboraí	231.749
6. Itaguaí	94.835
7. Japeri	61.243
8. Magé	219.405
9. Maricá	130.663
10. Mesquita	197.361
11. Nilópolis	181.575
12. Niterói	497.507
13. Nova Iguaçu	795.067
14. Paracambi	50.536
15. Queimados	69.906
16. Rio Bonito	55.586
17. Rio de Janeiro	6.595.105
18. São Gonçalo	1.025.507
19. São João de Meriti	346.293
20. Seropédica	83.561
21. Tanguá	30.741

Fonte: Brasil, IBGE, 2009a.

Em Itaguaí, a Prefeitura Municipal vem trabalhando para modernizar a Secretaria de Saúde e entende a importância que os arquivos desempenham para garantir a qualidade dos serviços prestados à população. A secretária de Saúde de Itaguaí, Andréa Lima, relata que fez uma visita de avaliação técnica nas Unidades Básicas de Saúde (UBS's) da Mangueira e Vila Califórnia, que passam por reformas, com o intuito de avaliar os dois arquivos onde estão guardados todos os documentos, inerentes ao histórico de atendimento médico hospitalar do município, e demais documentos correlatos. Avaliando a situação em que se encontram os arquivos do município, destaca

Apesar de encaixotados, o local onde estão armazenados não é apropriado, isso porque não possui ventilação e nem iluminação adequada, o que acabou criando um ambiente propício para proliferação de parasitas e fungos, que estão deteriorando os documentos. Outros já estão em estado de decomposição, e é difícil

identificar o que contém em cada arquivo. Dessa forma o acesso a documentos importantes da secretaria fica quase inacessível. São mais de duas mil caixas armazenadas de forma precária. O acervo é composto de uma vasta documentação, muitos indispensáveis para a memória e a historicidade do município. Por isso, deverá ser tratado com cuidado e responsabilidade (PM Itaguaí, 2014).

Em Itaboraí, em 2013, o secretário municipal de Habitação e Políticas Sociais, Wolney Trindade, ressalta

(...) fui surpreendido ao vasculhar os arquivos de sua Secretaria e encontrar o projeto de um novo bairro, incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), oferecido praticamente sem custos ao Município por meio de uma parceria entre os governos Estadual e Federal. O projeto foi praticamente ignorado pela gestão anterior de Itaboraí, e repousava há um ano na gaveta. Era preciso apenas uma assinatura do prefeito para concretizar o convênio, cujo prazo para ser firmado terminaria em março deste ano (PM Itaboraí, 2013).

Neste mesmo ano, no município de Magé, o vice-prefeito Claudio da Pakera relata com relação aos arquivos que

Na Secretaria de Obras os funcionários não encontraram documentos importantes, nem arquivos necessários para dar continuidade ao trabalho, então foi preciso organizar toda a secretaria, que foi reestruturada para que o trabalho seja feito com responsabilidade e agilidade, fazendo com que o mageense seja o principal beneficiado (PM Magé, 2013).

Dados levantados nos sites institucionais dos governos municipais de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Magé, Nova Iguaçu, Niterói e São João de Meriti, recorte da primeira fase da pesquisa, demonstraram que apenas o município de Itaboraí¹ apresenta iniciativa para criação do arquivo público municipal, embora neste contexto o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro² tenha sido instituído em 1975.

¹ A Lei Complementar nº 43, de 28 de dezembro de 2004, estabelece ações para implantação do arquivo público municipal e o Decreto nº 98, de 30 de dezembro de 2004, institui no âmbito da Secretaria Municipal de Administração o Arquivo Público do Município de Itaboraí. Disponível em: <http://www.itaborai.rj.gov.br>. Acesso em: ago. 2016.

² O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro foi instituído pelo Decreto nº 2.053, publicado em 6 de março de 1979. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/seculo-xx>. (Acesso em: set. 2016)

4 IDENTIFICAÇÃO COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

O termo identificação surge no campo da arquivística nos anos 1980, no âmbito do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, coordenado pela Espanha, e do qual participavam Espanha, Brasil, México e Portugal, os quais “com longa tradição administrativa e prática diária não haviam se preocupado com a transferência sistemática de seus fundos documentais”. (MENDO CARMONA, 2004: p.41).

O grupo estabelece as bases metodológicas da identificação e formula o conceito, caracterizando-a como fase independente no âmbito da metodologia arquivística, abordagem sistematizada por Concepción Mendo Carmona (2004), que foi incorporado pelo Dicionário de Terminologia Arquivística espanhol, que o define como “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (DTA, 1993: p.37).

No Brasil, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, define esta fase como “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”, conceito que remete também ao controle físico dos arquivos, propondo a coleta de dados e registro de informações sobre a situação de acumulação dos documentos. (DIBRATE, 2005)

Estudos desenvolvidos anteriormente pela autora sobre a construção teórica da metodologia de identificação aplicada à arquivística permitiram sistematizar os aspectos teóricos e metodológicos que a caracterizam e sua pertinência como metodologia de pesquisa para o desenvolvimento das práticas arquivísticas, relacionando-a com as funções de classificação, avaliação, descrição e também com o planejamento da produção documental. (RODRIGUES, 2003, 2008, 2013).

Nesta perspectiva, a identificação arquivística pode ser utilizada como metodologia de pesquisa, para estudar os requisitos arquivísticos e de acesso à informação no contexto dos municípios da Grande Rio, gerando parâmetros para o debate científico e para a definição de políticas públicas na área.

Esta pesquisa alia uma dimensão teórica a uma dimensão aplicada. Do ponto de vista teórico pretende descrever os fundamentos teóricos dos sistemas de arquivos e das políticas públicas de arquivos municipais, como requisitos do acesso à informação. Na dimensão aplicada, pretende investigar nos sites institucionais como

estes parâmetros são aplicados no âmbito das Prefeituras Municipais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”, levantando dados sobre a história dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a existência de instituições arquivísticas e a legislação que dispõe sobre os arquivos, elaborando relatório que contribua para o planejamento da pesquisa de campo e discussões sobre a situação identificada.

A pesquisa será desenvolvida em três fases: primeira, municípios com população superior a 200 mil habitantes; segunda, municípios com população de 50.000 a 200.000 habitantes e na terceira fase, os municípios com menos de 50.000 habitantes, cujos resultados serão estruturados em banco de dados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viabilizar a implantação de uma política pública arquivística, pressupõe uma dupla perspectiva: dotar os órgãos públicos de instrumentos de gestão que garantam o acesso a documentos e informações e dotar os arquivos de condições técnicas e legais para seu funcionamento, pois são condição e requisitos básicos do acesso à informação.

Somente um programa de gestão documental e de arquivos bem estruturado permite a definição dos requisitos que garantam a necessária rapidez na localização de documentos e informações exigidas para o cumprimento da legislação em vigor, conferindo eficácia e eficiência para um melhor funcionamento da administração pública em sua rotina diária de tomada de decisões, estreitando os laços entre governo e comunidades.

Espera-se, que os resultados desta pesquisa possam trazer novos elementos para o debate sobre a identificação como uma nova função arquivística, definindo procedimentos metodológicos para diagnosticar a situação dos arquivos e da legislação que sustentam as políticas públicas do governo transparente e projetos de cooperação institucional, especificamente nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Grande Rio.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. **A Lei de Acesso à Informação e a cidadania**. Revista Época. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/opiniaofernando-abrucio/noticia/2012/06/lei-de-acesso-informacao-e-cidadania.html>>. Acesso em: ago. 2017

BAUDRIT BARQUERO, Á. El derecho a la información. In: **Actas del Seminario Internacional de Normatividad Archivística**, 1999. Lima (Peru): Archivo General de la Nación. (CD)

BELLOTTO, H. B. **Arquivos para a gestão e para a memória municipais**. Palestra proferida no V Seminário Regional de Museus, Arquivos e Bibliotecas da Baixada Santista e Vale do Ribeira. Santos. Santos: Fundação Arquivos e Memória de Santos. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. CONARQ. **Ata da 69ª Reunião Plenária Ordinária**, de 25 de junho. 2013. Disponível em: <<http://www.CONARQ.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=895&sid=47>>. (Acesso em: jul. 2014).

_____. Conselho Nacional de Arquivos. CONARQ. **Texto base da I Conferência Nacional de Arquivos**. 2012. Disponível em: <<http://www.cnarq.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=239&sid=6>>. (Acesso em: nov. 2015).

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. (Acesso em: ago. 2012).

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Censo**. (2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. (Acesso em: jul 2014).

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Estimativas da população para 1º de julho de 2009**. (2009a). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. (Acesso em: jul 2014).

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE **Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008**. (2009b). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. (Acesso em: jul 2014).

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Lei de Acesso à Informação**. Disponível em <<http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/acesso-informacao-brasil/legislacao-integra-completa.asp>>. (Acesso em: ago. 2015).

_____. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> (Acesso em: ago. 2012).

CAMARGO, A. M. A. & Machado, H. C. **Como implantar arquivos municipais**. São Paulo: Arquivo do Estado. (2000). (Projeto Como Fazer, v. 3.

Diccionario de Terminología Archivística (2003). Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministerio de Cultura.

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

MENDO CARMONA, C. Consideraciones sobre el método em archivística. **Documenta & instrumenta**. vol. 1, (2004). p.35-46. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A/19190>>. (Acesso em: jul. 2016)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. Habitação e Políticas Sociais, Notícias. **Secretaria de Habitação retoma projeto de PAC que estava esquecido**. (2013). 19 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://itaborai.rj.gov.br/novosite/1134/secretaria-retoma-projeto-de-pac-que-estava-esquecido/>>. (Acesso em: jul. 2014).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ. **Visita aponta necessidades de restauração do acervo documental da Saúde**. (2014). 15 jan 2014. Disponível em: <<http://itaguaui.rj.gov.br/pmi/visita-aponta-necessidades-de-restauracao-do-acervo-documental-da-saude/>> (Acesso em: jul. 2015).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. **Assessoria de Comunicação**. Município de Magé recebe obras em vários bairros. (2013). Disponível em: <<http://www.mage.rj.gov.br/governo/317-municipio-de-mage-recebe-obras-em-varios-bairros>> (Acesso em: jul. 2014).

RODRIGUES, A.C. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos**: um manual para o Município de Campo Belo, MG. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado). 2003 Disponível em: < www.teses.usp.br>. (Acesso em: jun. 2014).

_____. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em História Social). 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf>. (Acesso em: set. 2015).

_____. Os Arquivos Públicos e o Direito à Informação. In: **História, Arquivos & Mídias Digitais**.1 ed. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2013. p.13-30.